

EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ATRAVÉS DA ARTE

A REPRESENTAÇÃO DO UNIVERSO NEGRO NA ESCOLA

Rosa Samara Silveira Xavier - IFPB

Introdução

Este artigo divide-se em duas partes: a primeira parte trata da importância da Lei 10.639/2003 para o ensino-aprendizagem nas instituições escolares, focalizando no discurso e representação do universo negro através do ensino de arte. A segunda parte descreve um projeto pedagógico realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Campus Picuí - PB em 2013, com três turmas de alunos do 1º ano dos cursos de geologia, informática e edificações através de atividades em sala de aula abordando a temática do universo negro, os estereótipos, discriminação, os avanços e necessidades para novas discussões buscando construir uma educação antirracista. A culminância do citado projeto aconteceu nas dependências da instituição citada acima com grande participação dos atores dos diversos setores da mesma, com um evento no Dia da Consciência Negra, integrando diferentes linguagens artísticas e a comunidade escolar.

Falar sobre arte e culturas de matriz africana contemplando as diferenças, é algo indispensável no âmbito escolar. Muito embora, mesmo com alguns avanços neste sentido e que levam a reivindicações pelos direitos igualitários de todos, ainda nos deparamos com conflitos étnico-raciais que tendem a limitar, senão excluir as manifestações e expressões artísticas plurais e que consideram a diversidade sociocultural do povo brasileiro. Tratando-se da população negra, por exemplo, as mais atingidas são as mais antigas e tradicionais, tendo como consequência sua invisibilidade cultural no currículo escolar.

A Lei 10.639/2003 determina que o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira deve perpassar por todas as disciplinas, dentre elas a disciplina arte, como uma das prioritárias, juntamente com a de história e língua portuguesa.

Desta forma nos respaldamos na citada Lei para embasar o nosso trabalho. E foi a experiência com a educação de surdos, bem como o ensino de arte em escolas de

periferia de João Pessoa por alguns anos, que instigou a preocupação com questões da exclusão e do respeito às diferenças, permeando a minha formação profissional e intelectual. Levando a refletir sobre as questões relativas à equidade e diversidade.

Sendo assim com base na Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, neste artigo pretendemos analisar e discutir as ações e a aplicação da Lei 10.639 de 2003 através da disciplina arte, considerando a cultura do universo negro e suas manifestações artísticas presentes nesta instituição escolar.

Legalizando o universo da cultura e arte de matriz africana na sala de aula

As representações da arte ou cultura africana e/ou afro-brasileira sejam elas músicas, danças, performances, seus contos, lendas, dentre outras, ainda são motivos no espaço escolar, de chacota ou discriminação, sendo estas quase sempre tratadas, por alguns, como algo místico, inferior, feio ou estereotipado. Percebemos isto nas condutas das crianças, adolescentes e professores de arte ou de outras disciplinas através dos sentidos produzidos em trabalhos artísticos realizados pelos mesmos, bem como no discurso que povoa a escola, que reforçam e revelam ainda mais nas experiências artísticas realizadas os aspectos de exclusão, discriminação e preconceitos destinados a este universo, considerado distante e como se o nosso “mundo”, o meio sociocultural e político em que vivemos, não estivesse repleto de suas influências e trocas estabelecidas com o mesmo.

As representações sociais são também responsáveis pelo racismo e outras formas de preconceitos que perpetuam uma cultura de injustiça e indiferença aos problemas que alguns grupos sociais vivenciam. Portanto a instituição escolar sendo um espaço de formação deve preocupar-se com a imagem que reproduz de e aos seus jovens. De acordo com Hall:

“É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma identidade em seu

significado tradicional[...], uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (2014, p.110)

Na literatura, principalmente, nos livros didáticos onde o negro é focado, a ênfase é dada à escravidão, ou na maioria dos casos, destinados aos afrodescendentes, o estigma de trabalhadores braçais. Nesta visão reducionista e que se perpetua até os dias atuais nos livros didáticos, foram elaborados muitos estereótipos ao longo da história do povo brasileiro.

Embora em alguns casos seja dado destaque às suas manifestações artísticas, religiosas e culturais, estas são na maioria dos casos, ilustrativas e/ou infantilizadas causando um efeito de estranhamento. Estes aspectos revelados nos livros didáticos e que incide na abordagem dos conteúdos disciplinares são desconectados e afastados do contexto sociocultural e múltiplo do povo brasileiro, privando assim os estudantes do direito à sua plena cidadania, e ao conhecimento da sua história e cultura (CHAGAS, 2012).

Para Santos:

“A transformação da temática africana e afro-brasileira em conteúdo de ensino vem acompanhada da exigência de se construir novas formas e abordagens, assim como de rever posturas e posicionamentos socialmente arraigados”. (SANTOS in Pereira e Monteiro, 2013, p.61)

Para muitos, falar de racismo é algo superado. Porém, quando nos deparamos com alunos fazendo piadas e *bullying* com alguns colegas com traços negros, (seja cabelo, lábios, nariz) ou quando realizamos atividades artísticas do universo negro, percebemos que o preconceito é forte, levando a acreditar que existe uma ideologia da democracia racial.

Destaco a colocação de Souza (2007) que reforça a nossa compreensão sobre a importância da abordagem da arte e cultura de origem africana na instituição escolar. A autora afirma:

“A música, a voz, os gestos, os contos e cantos sempre constituíram fundamentos das produções culturais de origem africana e viram-se, por vezes, submetidos à depreciação pelos paradigmas críticos centrados na supervalorização dos modelos eurocêntricos fincados em discurso prestigiados por transitarem em espaços ditos da hegemonia do racional e da máxima objetividade.” (2007, p. 31)

Tratar de arte e cultura do universo de matriz africana na escola, por vezes, tem revelado a ideia de superioridade da cultura e arte dos nossos colonizadores, já que na atualidade, através da mídia, das redes sociais é repassada para os jovens a forte influencia da estética branca, principalmente entre as mulheres, mantendo a ideia de superioridade de um grupo sobre outro. Para Silva:

“[...] Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e de determinar a identidade. [...] A pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades para que as crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamentos dos sistemas das formas dominantes de representação da identidade e da diferença” (2014, p.91 - 92)

Desta forma, nós educadores não podemos deixar de dar visibilidade a essa problemática, fazendo de conta que nada ocorre. Para tal é necessário um envolvimento através de projetos, palestras, pesquisas no âmbito escolar de forma permanente, que trabalhem essa temática entre os jovens.

Ações políticas e educativas no âmbito escolar

Ao referendar a Lei 10.639/2003 nesse projeto educacional, pretende-se demonstrar aos jovens estudantes do ensino médio e tecnológico, as lutas dos grupos dos movimentos negros, principalmente dos artistas atuantes por décadas, para fazer valer a imagem da mulher ou do homem negro em novelas, filmes, propagandas. Ao mesmo tempo provocar os debates acerca da representação de imagens e desenhos que repassamos para nossos alunos através dos livros didáticos.

Para Rocha (2013), a Lei 10.639 é um avanço para o combate ao racismo e das desigualdades, pois segunda a autora consiste numa política pública que se propõe alcançar uma camada expressiva da escola, levando assim às mudanças em relação à valorização da diversidade existente nesse espaço, respeitando a identidade negra.

Algumas incertezas e conflitos permeiam o âmbito escolar em relação à aplicação das leis que protegem e valorizam as pessoas negras. Assim, se faz necessário a conscientização de professores e gestores sobre a aplicação das políticas afirmativas.

Neste âmbito, as leis nos servem, apenas, como um norte para não errarmos mais: nem fazermos desse processo uma simples forma de tolerar aos fatores relativos à

identidade ou às diferenças, sejam elas de cor, de cabelo, de gosto musical, de dança, de roupa.

Percebemos nesses últimos dez anos algumas mudanças, onde as pessoas estão mais abertas ao diálogo e menos preconceituosas. Todavia apesar dos documentos e dessas mudanças importantes na sociedade, muito tem que ser feito. Principalmente no que concerne ao conhecimento da contribuição da vida, do patrimônio, cultura e arte do povo negro no Brasil no espaço escolar.

A experiência com o ensino de arte no ensino médio e tecnológico. Pensando a identidade na diversidade

Como professora, desde a década de 80 tenho acompanhando no âmbito escolar, bem como através dos meus estudos e leituras sobre este tema de interesse, a maneira discriminatória em que os negros foram e estão representados nos livros didáticos, nas músicas, e datas comemorativas escolares. Nestas representações destaca-se uma visão eurocêntrica, mítica, folclórica, sem muita relação com a realidade, tornando invisível a real contribuição dos povos vindos do continente africano com sua diversidade e características e valores socioculturais próprios.

Desde 2010 fui percebendo a atitude racista nas aulas de arte acerca de músicas, danças, imagens do negro ou da negra, constatando a importância desse estudo. Outro importante aspecto que impulsionou meu trabalho foi o desejo de aprofundar esse tema após a minha participação por duas vezes no curso de extensão promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) realizado nos períodos de 2011 e 2012 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sobre as questões relativas à ideologia da democracia racial e formação de professores para uma educação antirracista.

O ensino de arte na escola tem passado por algumas transformações ao longo dos séculos. São mudanças de paradigmas, por vezes lentas, mas que estão acontecendo na tentativa de acompanhar as mudanças na educação de forma geral.

Porém, muitas instituições escolares permanecem com um perfil de escola tradicional, tendo um modelo copista, repetitivo, técnico, com uma preocupação

limitada de ocupar os alunos, sensibilizá-los, desenvolver talentos. Isso caracteriza um equívoco sobre o ensino de arte na escola, com atividades bem distantes da vida do aluno e de sua realidade.

Algumas teorias do ensino da arte dos séculos passados permanecem nas nossas salas de aulas, tais como a pedagogia tradicional, pedagogia nova e pedagogia tecnicista reforçando um ensino – aprendizagem estanque ou linear. Dentro dessa perspectiva, um novo olhar surge para uma educação contextualizada, ou seja, um ensino de arte que seja democrático, engajado e significativo. Trazendo a ideia de que o ensino da história e da cultura da África e afro-brasileira são imprescindíveis para mudanças efetivas no âmbito escolar.

Barbosa, 2008, afirma:

“Através da arte, é possível desenvolver a percepção e a imaginação para apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a capacidade criadora de maneira a mudar a realidade que foi analisada.” (2008, p, 100.)

Partindo dessa premissa, pensamos um ensino–aprendizagem de arte que inclua as culturas e artes de todos os tipos, porém sem se tornar algo perene, superficial. Promover permanentes trabalhos ou projetos que discutam e dê visibilidade à cultura africana e afro-brasileira de forma digna e não apenas recreativa ou obrigatória.

A proposta de uma educação na área de arte em uma perspectiva mais humana e justa tem como princípio rever os conceitos em nossos currículos e metodologias aplicadas no âmbito escolar.

Quando tratamos das culturas e arte híbridas, principalmente, se exige dos educadores novas posturas, um envolvimento com a identidade do outro, de todos os atores envolvidos no processo, dando relevância aos mais excluídos. Para Rocha:

“O direito à diferença, sem dúvida, é uma maneira de avançar o reconhecimento identitário de inúmeros sujeitos sociais que têm sido secundarizados na educação brasileira, que ainda mantém uma visão de mundo etnocêntrica, na qual é destacada a perspectiva de uma cultura ocidental, baseada num sujeito do sexo masculino, branco, cristão e heterossexual, adulto, classe média e sem deficiência”. (2012, p.334)

As artes de rua e dos grupos afro-brasileiros não recebem o devido valor e foco que as demais formas de arte nos livros, vídeos, filmes.

Na mentalidade escolar ainda perdura um ensino-aprendizagem com um conteúdo engessado, e uma metodologia presa ao passado, se detendo a confecção de peças artesanais, brinquedos, brincadeiras, história da arte, arte como forma de lazer ou relaxamento, ensino para mera transmissão de conhecimento.

Nos eventos escolares encontramos ao longo dos anos representações de histórias em relação ao negro e ao índio na forma de um folclore “limpo”, com uma roupagem aceitável, releituras de caráter bem hegemônico. A predominância nestes casos é uma estética ideologicamente “superior”, com base na perfeição e referências clássicas do século XIX. Essa questão nos remete a uma reflexão sobre identidade e construção da autoimagem.

Certamente, tivemos vários avanços a partir da Lei 10.639, mas é imprescindível continuarmos na luta pela inclusão dos temas africanos e afro-brasileiro para contribuir com a visibilidade e identidade da arte e cultura do universo negro. “A identidade, tal como a diferença, é uma relação social” (SILVA, 2014, p.81).

Quando tentamos assumir uma escola democrática, que busca a alteridade, o respeito às diferenças, não podemos ser hipócritas de dizer que tudo está resolvido, que todos são iguais, principalmente no que concerne a arte de matriz africana ou indígena, tidas como “marginais”. Estas artes são motivos de piadas, ainda hoje.

Expressões da cultura popular como Maracatu, coco de roda, ciranda, músicas do candomblé, bem como o discriminado Movimento *HIP HOP: RAP, GRAFITE e BREAK DANCE*, que poucos se atrevem a realizá-los, são marginalizados, bem como, são vistos a partir de um aspecto eminentemente folclórico, engraçado, pobre, desinteressante, nas narrativas dos atores do espaço escolar. Isso revela que há um desconhecimento, ou vivências reconhecidas pelos alunos, no que diz respeito ao assunto em discussão. Exigindo-se assim dos professores práticas pedagógicas mais efetivas.

A proposição de educação antirracista através das disciplinas Arte, História, Língua Portuguesa, regulamentada pela Lei 10.639/03, vem reforçar a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros em nossa cultura, além de delinear ações afirmativas que minimizem o preconceito e desvalorização da mesma, dando-lhes maior visibilidade.

O projeto de educação antirracista no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Picuí através do olhar da arte: a importância da lei 10.639/2003 na sala de aula

Abordar o tema racismo, preconceito, diferenças culturais através da disciplina arte parece simples e fácil, mas não o é. Assim como a religião de matriz africana, a arte e cultura são sim, motivos de discriminação e rejeição, quando não, aceitas superficialmente.

O projeto “Educação antirracista através do olhar da arte: a importância da lei 10.639/2003 na sala de aula”, no IFPB- Campus - Picuí teve como objetivos analisar e discutir as possíveis atitudes de racismo neste instituto enfatizando as questões relativas ao respeito às diferenças e diversidade que permeiam a nossa cultura e arte; reconhecer a contribuição da cultura e arte de matriz africana em nossas vidas através da educação antirracista; e trabalhar através da arte a formação da identidade dos jovens negros e pardos em nosso instituto.

Para a efetivação deste projeto, a proposta foi apresentada no planejamento escolar convidando os docentes para abordar o tema de forma interdisciplinar. Mas inicialmente isto não foi possível realizar, muito embora, ao mesmo tempo, foi enviado o projeto digitalizado para coordenadores e alguns professores. Em seguida foi introduzido o projeto para as turmas dos primeiros anos nas aulas de arte, onde dialogamos sobre as seguintes questões: Quem sofreu algum tipo de preconceito? Quem se achava racista? Você considera o Brasil um país racista? Agindo pedagogicamente dessa forma, foi possível se fazer um diagnóstico do interesse e conhecimento do aluno pelo assunto abordado.

Nas aulas seguintes, durante dois bimestres, foram realizadas atividades voltadas ao tema racismo, preconceito, diferenças, inclusão, contribuição do negro na formação social, cultural, histórica e artística no Brasil e no mundo, concomitante com apresentação da Lei 10.639/2003 em slide.

Em uma terceira etapa foram realizadas as seguintes atividades: Exibição para três turmas do Filme “Ela Dança eu Danço”, que aborda a dança de rua e a dança clássica e as diferenças sociais dos protagonistas do filme, sendo solicitada uma resenha crítica do filme e um debate. Apreciação e debate das músicas dos grupos: de *Reggae*, *Natiruts*, com a música “Quem Planta Preconceito?” e Ponto de Equilíbrio com “África”; também foi utilizada a poesia “Tem Gente com Fome” de Solano Trindade, cantada por Ney Matogrosso, e os debates que contaram com a participação da psicóloga do próprio instituto. Na quarta etapa foram realizados diferentes trabalhos com as três turmas envolvidas no projeto.

Na turma de edificações foi solicitada uma pesquisa de campo através de registro fotográfico onde os alunos deveriam focalizar a pessoa negra nos diversos espaços ou as contribuições e influências de matriz africana nas artes, atividades profissionais, religiosidade, dentre outras. Também realizamos sessões de fotografia onde grupos fizeram uma montagem de uma foto única, formada com a parte do rosto dos quatro componentes do grupo, percebendo-se as diferenças e semelhanças de cada um, apresentando no final um manifesto escrito pela turma com o tema: “Somos todos diferentes, como nos complementamos”?

Com a turma de informática confeccionamos quadros - representando a figura feminina africana e paisagens, com reutilização de papelão; realização de desenhos com giz de cera com figuras étnicas geometrizadas com cores e formas e desenhos que lembrassem a arte africana. Essa turma também trouxe para sala de aula em imagens impressas, de pesquisa feita pela internet, seus ídolos negros para apresentar a imagem e a biografia deste ídolo aos demais colegas.

A turma de geologia realizou desenhos étnicos e um sarau poético com músicas com ritmos africanos, juntamente com a interpretação cênica de poemas e biografia de Solano Trindade, poeta pernambucano, ativista do movimento negro no Brasil com grande participação de alunos.

Ao final deste trabalho, as três turmas assistiram ao filme “O xadrez das Cores”, filme que aborda o preconceito de uma senhora branca contra a empregada doméstica negra que queria aprender jogar xadrez, utilizando frases como: “negrinha burra”; “negro só sabe jogar futebol”, “não mexa nas minhas gavetas para não me roubar”, “cuidado para não cair da janela se não vai estragar os carros”. O filme causou grande desconforto e indagações.

Na culminância do projeto as três turmas se reuniram na entrada do Instituto para uma grande apresentação para as outras turmas, corpo docente, e demais funcionários da instituição com grande sucesso e receptividade. Foi um momento de poesia e diferentes atividades visitadas e prestigiadas por muitas pessoas no dia 20 de novembro em alusão ao Dia da Consciência Negra, permanecendo as exposições durante todo o mês.

O resultado aponta para uma visão mais consciente acerca das atitudes equivocadas sobre o ensino da cultura africana e afro-brasileira, uma aceitação e preocupação por parte dos alunos e alguns professores para melhorar as relações étnico-raciais. O estudo trouxe de forma reflexiva e crítica para o seio da escola a problemática do racismo e a representação positiva da negritude observada através do discurso dos jovens negros em nossas salas de aula nos debates realizados. Por outro lado nos revela a necessidade de aprofundar tal temática expandindo para as turmas de outros anos, ao mesmo tempo em que se faz necessário inserir a comunidade externa ao Instituto na proposta na busca de um trabalho mais integrado com a mesma.

Enfim, trazer o universo negro para dentro da escola, sua história e contribuição para além da simples aceitação ou globalização das culturas respeitando as diferenças.

Considerações finais

O projeto “Educação antirracista através do olhar da arte: a importância da lei 10.639/2003 na sala de aula” foi motivo de alegria por termos aberto um espaço para apreciação e reflexão sobre o negro e sua história, arte e cultura no Instituto Federal de Educação-Campus Picuí, suscitando novos trabalhos e novos parceiros. O trabalho realizado em prol de uma valorização e resgate das matrizes culturais africanas no Instituto Federal de Educação, aliado a uma reflexão crítica feita através da Lei 10.639, possibilitou-nos perceber que poderemos juntos a partir de um trabalho compartilhado, levando em conta as diferenças, mudar a maneira de ensinar e aprender, tendo em vista a multiplicidade sociocultural.

Desta forma a análise dos conteúdos trabalhados em várias disciplinas devem ser avaliados, no ensino médio e tecnológico. O ensino afro-brasileiro e indígena deve

ser prioridade e em vez de acontecer uma vez no ano, por fim ser parte integral do currículo escolar.

Assim, podemos obter uma redução e minimizaremos as brincadeiras de mau gosto, desprezo, e atitudes discriminatórias, por parte de crianças e adolescentes que desconhecem a contribuição dos povos africanos, ou apenas os veem como folclore, uma possibilidade de mudar a visão de que tudo que é afro e indígena é do mal, é perigoso, é brega, é feio, é sujo, é ruim. E, acima de tudo, assumir que existem preconceitos e racismo na escola e que precisam ser disseminados. Ao invés de negar este fato, que é apenas reforçar o mito da democracia racial no Brasil.

É urgente pensar em um currículo que envolva, desde o início do ano letivo, esse estudo. É de suma importância para modificar atitudes negativas, rever posturas e posicionamentos socialmente arraigados e atravessar alguns percalços quanto ao ensino que é solicitado pela Lei 10.639 de 2003. Fortalecer as pesquisas e estudos em relação à arte e culturas do negro, dos afro-brasileiros, africanos, e conseqüentemente do índio será o nosso propósito, haja vista que a escola é um espaço de democratização onde as culturas são híbridas, e cambiantes.

Por fim é de grande importância a revisão dos estudos da cultura de matriz africana para minimizar os preconceitos criando uma referência para as crianças e adolescentes sobre a sua própria imagem. Não pretendemos encerrar a discussão em pequenos projetos escolares, mas propiciar aos docentes e discentes de nosso instituto e a própria comunidade externa onde a instituição se insere, um espaço para trocas de experiências e estudos sobre as relações étnico - raciais.

REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz, organizadores. Diversidade étnico - raciais interdisciplinaridade: diálogos com as leis 10.639 e 11.645. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

ALEXANDRE, Antonio Marcos (org) Representações Performáticas Brasileiras: Teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

BARBOSA, Ana Mae (org.) Arte/Educação Contemporânea: Consonâncias Internacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

BRASÍLIA - Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. Estatuto da Igualdade Racial – SEPRIR/PR. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Stuart Hall, Kathryn Woodwar. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TELLA, Marco Aurélio Paz. (org.) Direitos Humanos, População Afro-Paraibana e Mulheres Negras. Cadernos Afro-Paraibanos. vol.II. João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012.

_____. Educação, Ações Afirmativas e Relações Étnicos – Raciais. Cadernos Afro-Paraibanos. VOL. João Pessoa: INEABI/UFPB, 2012.

PEREIRA, Almicar Araujo, MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.) **Ensino de História e Culturas Afro-brasileira e Indígenas**. Rio de Janeiro, Pallas, 2013. p. 61.